manchete

Diário Económico	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 652
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
11-03-2013	Tiragem: 18714	Página (s): 1/12/13

AVALIAÇÃO DA 'TROIKA'

Governo adia plano de rescisões na Função Pública

O ministro Vítor Gaspar garante um corte na despesa de 400 milhões sem avançar com rescisões este ano. P12

manchete

Diário Económico	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 652
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
11-03-2013	Tiragem: 18714	Página (s): 1/12/13

Medidas remetidas

'Timing' de implementação de medidas já previstas e de novos cortes na mira da 'troika'.

Lígia Simões
ligia.simoes@economico.pt

Saiba alguns dos cortes que têm marcado as discussões com a 'troika' nos últimos dias com vista à definição do 'timing' para serem concretizadas.

1

DISPENSA DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

A dispensa de funcionários públicos é um dos três caminhos propostos pelo FMI para o corte directo da despesa do Estado com os trabalhadores. Para além da entrada em mobilidade especial, o relatório que o Fundo elaborou com a consulta do Governo sugere ainda um programa de rescisões amigáveis e, num terceiro quadro, um programa de rescisões amigáveis conjugado com despedimentos. As contas do FMI apontam para poupanças de 2,7 mil milhões de euros com o corte de 20% dos funcionários do Estado. Esta seria a maior fatia de poupança de entre o rol de sugestões para a refundação do Estado. Na semana passada, após o encontro dos deputados com a 'troika', deu conta de "alguma abertura" das entidades internacionais para reduzir a despesa, adiantando que foi pedida "alguma compreensão contabilística" uma vez que as rescisões implicam mais despesa (indemnizações) num primeiro momento.

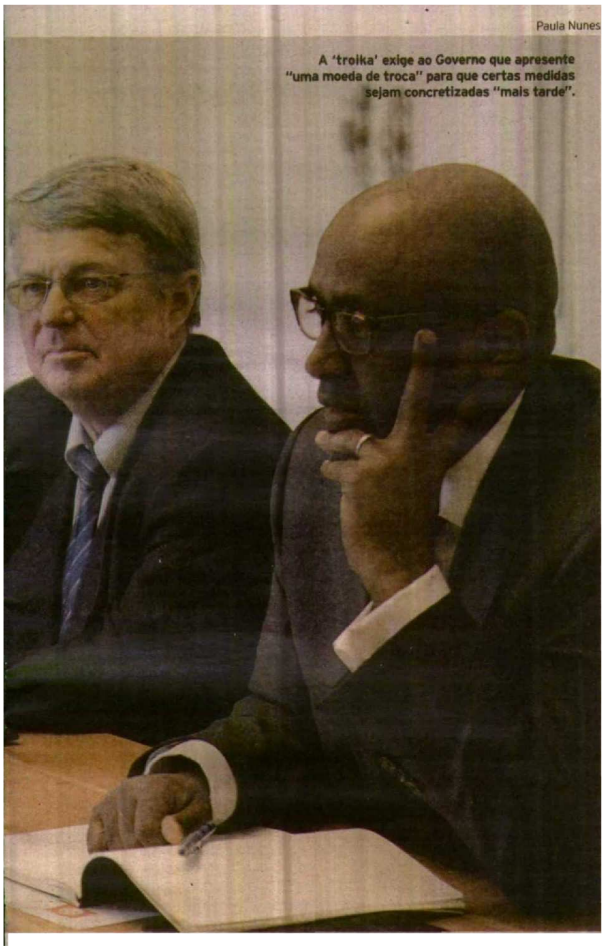
2

REFORMA HOSPITALAR

Outro dossier sensível na mesa da sétima avaliação do programa de ajustamento passa pela reorganização hospitalar, apontada como a medida mais complexa prevista no memorando de entendimento assinado com a 'troika' no sector da saúde. Esta reforma tem sido sucessivamente adiada, mas, no final de Novembro de 2012, o Ministério da Saúde comprometeu-se a apresentar um plano com a metodologia e calendarização da reforma. O ministro da Saúde já avançou publicamente que este plano estará longe de ser aquilo

manchete

Diário Económico	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 652
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
11-03-2013	Tiragem: 18714	Página (s): 1/12/13



Paula Nunes

A 'troika' exige ao Governo que apresente "uma moeda de troca" para que certas medidas sejam concretizadas "mais tarde".

para pós-Outubro

que muitos esperam: uma lista de hospitais ou de serviços a fechar. Segundo Paulo Macedo, a reorganização "deverá ser feita faseadamente e com a tranquilidade desejada, para não perturbar o normal funcionamento das unidades hospitalares nem a assistência a doentes. A reorganização e racionalização da rede hospitalar deverá, pelas contas da 'troika', permitir cortar pelo menos 5% dos custos operacionais dos hospitais.

2

FECHO DE TRIBUNAIS

O novo Mapa Judiciário prevê a criação de 23 comarcas distritais – contra as 231 actuais – e a extinção de 49 tribunais. O diploma está no Parlamento e o processo legislativo poderá adiar o fecho de tribunais. O diploma foi apresentado em Conselho de Ministros, a 22 de Novembro de 2012, um dia depois de Paula Teixeira da Cruz ter terminado as audiências com os 49 autarcas que contestam o encerramento do tribunal do seu concelho. O fecho de tribunais, com maior impacto no Norte interior do país, tem sido a medida mais polémica, gerando uma forte contestação da parte dos autarcas atingidos, tanto do PS, como do PSD. Até porque se aproximam as eleições autárquicas.

4

NOVO MAPA ADMINISTRATIVO

O ex-secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, Paulo Júlio, tinha já sinalizado a necessidade de um novo mapa administrativo que faça coincidir a cada comunidade intermunicipal uma NUT III como a solução mais "eficiente" na gestão de fundos comunitário. Já no início deste ano, o ex-governante deu conta que a reorganização do território vai dar origem a 23 sub-regiões de nomenclatura NUTS III, no lugar das actuais 28. Com a reforma em curso, no panorama nacional, a cada uma das sub-regiões vão ainda corresponder 23 entidades intermunicipais (21 comunidades e duas áreas metropolitanas) em vez das actuais 25. Esta é uma das medidas que deverá gerar poupanças com a redução de pessoal e que a 'troika' quer ver implementada de imediato ■